

## O PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO NO SETOR AGROALIMENTAR BRASILEIRO

**Sidemar Presotto Nunes**

Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento, professor da UTFPR - Campus Dois Vizinhos

**Resumo** - A concentração e a centralização dos meios de produção e da produção em um número cada vez menor de proprietários é uma característica do sistema capitalista. O setor agroalimentar segue, apesar de algumas particularidades, a dinâmica em curso na economia de uma forma geral, o que se evidencia, por um lado, pelo crescimento do valor e da participação das vendas das principais agroindústrias no mercado nacional e internacional e do crescimento das vendas e da participação do grande varejo ou hipermercados. Por outro lado, na fase agrícola da produção, a concentração também ocorre, principalmente entre as atividades em que a produtividade do trabalho se eleva mais rapidamente, via mecanização, e nas atividades que são menos dependentes do uso do solo para ampliação da produção, como é o caso da produção animal em sistemas de confinamento. Apesar da existência de algumas políticas específicas para os pequenos produtores, as políticas desenvolvidas no País nos últimos anos tiveram como objetivo principal consolidar a produção destinada às exportações, através do crédito subsidiado para produtores e indústrias e isenções fiscais.

**Palavras-Chave:** agroindústria; varejo alimentar; pequenos produtores

**Abstract-** The concentration and centralization of the means of production and production in an increasingly smaller number of owners is a characteristic of the capitalist system. The following agri-food sector, despite some peculiarities, the current momentum in the economy in general, as evidenced on the one hand, the growth of the value and share of sales of major agricultural industries in domestic and international growth sales and share of large retailers or supermarkets. Moreover, in the agricultural production, the concentration also occurs, especially among the activities in which labor productivity rises faster, through mechanization, and activities that are less dependent on land use for production expansion, as the case of livestock in confinement systems. Despite the existence of some specific policies for small producers, the policies developed in Brazil in recent years have had as main objective to consolidate production for export through the subsidized credit to farmers and industries, and tax exemptions.

**KeyWord:** agribusiness, food retailing, small producers.

### INTRODUÇÃO

O agro brasileiro se afirmou, a partir de meados dos anos 90, como o setor responsável por garantir saldos positivos na balança comercial do País, garantindo que outros setores da economia pudessem importar e também assegurar o capital externo e suas remessas aos países de origem. Sendo assim, um conjunto de iniciativas públicas foi desenvolvido para garantir a ampliação das exportações brasileiras de produtos agrícolas, como a isenção de ICMS pela Lei Kandir, a elevação do crédito rural com juros controlados, a retomada de

alguns instrumentos de política de apoio à comercialização, constantes renegociações de dívidas agrícolas, dentre outros.

Desta forma, a última década ficou marcada por um rápido aumento do volume produzido, praticamente dobrando entre os produtos de exportação mais importantes, viabilizado também por certa ampliação do consumo interno, como é o caso do frango. No período entre os dois últimos censos agropecuários (1996/2006), o saldo da balança comercial do agronegócio passou de aproximadamente US\$ 9 bilhões para US\$ 35

bilhões (JANK et al, 2007), e o consumo per capita de alguns produtos elevou-se bastante, embora de outros tenha se reduzido.

Nesse mesmo período houve, beneficiadas pelo processo de abertura comercial e de retirada dos estados nacionais do papel de reguladores de estoques, um processo mundial de concentração agroindustrial, através de fusões e aquisições, formando grandes empresas que passaram a controlar setores inteiros ou ramos de cadeias produtivas. Em virtude de responder por um alto percentual da produção ou da comercialização total de certos produtos, ou até mesmo monopolizar, estas empresas conseguem exercer um grande controle dos processos produtivos adotados na agricultura. Esse é o caso de grandes agroindústrias e de hipermercados que estabelecem preços, exigem padrões de qualidade, forjam o consumo de novos produtos através do marketing, etc., e de indústrias de insumos agrícolas que praticamente monopolizam a oferta destes insumos ou, ainda, de traders que controlam o comércio mundial de grãos. Como gigantes do setor, estas empresas acabaram contribuindo também para recolocar o País no comércio mundial e promover o aumento e a concentração da produção agropecuária.

O processo econômico abarca o conjunto das fases da atividade econômica que formam um movimento contínuo e repetido, ou seja: a produção, a circulação e o consumo. A produção desempenha o papel principal, pois determinam a criação e características dos artigos de consumo, a sua distribuição e troca, fatores que exercem uma importante influência sobre a produção. Estas fases não constituem processos paralelos, pois resultam de operações interdependentes umas das outras que estão, por sua vez, dependentes dos modos de produção existentes em determinadas épocas e regiões (GOMES, 2008, p.13).

Embora o artigo trate do processo de concentração no setor agroalimentar brasileiro, de acordo com Gomes (2008), a concentração e a centralização de capitais são manifestações presentes no sistema do capital. Cabe destacar, inicialmente, que o sistema agroalimentar tem passado por importantes modificações, no entanto, segue uma lógica comum às atividades econômicas que, de uma forma geral, se guiam pela incorporação de tecnologia para a redução do valor. Essa busca tem provocado concentração produtiva, particularmente a partir dos sistemas agroindustriais e do varejo, mas também, embora mediante distintas dinâmicas, na fase agrícola da produção.

#### **A AGROINDÚSTRIA E O GRANDE VAREJO NO BRASIL**

Nos sistemas agroindustriais a concentração produtiva se verifica através da ampliação do controle da produção por parte das grandes

empresas na maioria das atividades econômicas. As empresas mais importantes, que possuem atuação mundial, embora possam concentrar a produção em alguns locais, utilizam-se de aquisições e fusões para se fortalecerem, fazer frente à concorrência e controlar o mercado.

A crise econômica mundial deflagrada em 2008 provocou quebra de algumas destas empresas, no entanto, foram rapidamente saneadas com recursos públicos. Além da concentração do capital no âmbito das grandes empresas, a mesma tendência se verifica com o capital do grupo dos principais bilionários da Revista Forbes, que indicou que a fortuna acumulada pelos dez mais ricos passou de US\$ 254 bilhões para US\$ 342 bilhões (+34,64%) entre 2008 e 2009, período em que o crescimento da economia mundial foi negativo, indicando que a crise, ao contrário do que se costuma imaginar, beneficiou-os pela possibilidade de especular, apesar da redução no número de bilionários. Alguns brasileiros também se beneficiaram com a crise e passaram a figurar na lista dos mais ricos, a exemplo de Eike Batista que, com um patrimônio de US\$ 27 bilhões, apareceu na oitava posição. Para Gomes (2008):

A concentração do capital consiste no aumento do volume do capital resultante da transformação em capital de parte da mais-valia. A capitalização da mais-valia permite a utilização produtiva e serve de base para ampliar as dimensões da produção, incrementar a produtividade e aumentar o lucro dos capitalistas. (...) A centralização do capital consiste no crescimento do volume do capital através da união de vários capitais num só ou pela absorção dum por outro. Por este processo os capitalistas redistribuem entre si os capitais já acumulados, particularidade que reflecte as relações que se estabelecem entre os próprios capitalistas. Com a centralização, certos proprietários de meios de produção arruinam-se ou são absorvidos por outros. A centralização do capital dá-se do seguinte modo: a constituição de grandes sociedades; a fusão das empresas existentes noutras maiores; o sistema bancário, onde são depositados fundos livres que se transformam em poderoso capital, utilizado pelas empresas sob a forma de crédito. (...) Uma das formas de centralização do capital é a sociedade por acções. Na medida em que se desenvolve a produção e a acumulação capitalista, desenvolve-se também a concorrência e o crédito, que constituem as duas alavancas mais poderosas da centralização. A luta concorrencial é conduzida pelo embaratecimento das mercadorias ou pela alteração da qualidade, e depende da produtividade do trabalho e da intensidade da produção. Nesta luta os capitais maiores batem os mais pequenos. Estes vêm-se forçados a ocorrer apenas às esferas de produção das quais a grande indústria não se interessou ou apenas se apoderou esporadicamente. A concentração do capital e a consequente centralização dão lugar a que o trabalho assalariado e os meios de produção se juntem em grandes empresas, se intensifiquem os contrastes sociais e acentuem os antagonismos entre classes sociais (GOMES, 2008, p. 220-1).

O setor agroalimentar segue, apesar de particularidades, a dinâmica ocorrida na economia de uma forma geral, o que se evidencia pelo crescimento do valor e da participação das vendas das principais agroindústrias no mercado nacional e internacional e do crescimento do valor de vendas e da participação do chamado grande varejo ou hipermercados.

Nos dois últimos anos, as operações mais importantes foram a fusão entre a Sadia e a Perdigão e a constituição da BrasilFoods. De acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) “nos mercados de peru temperado congelado, chester e tender de frango a concentração entre a Sadia e a Perdigão atinge entre 80% e 90%. Em carnes processadas para consumo a frio o domínio seria de 90% a 100%. Em lasanhas e pratos prontos congelados esse patamar seria de 80% a 90%. Em pizzas congeladas o domínio de mercado da Sadia e da Perdigão ficaria entre 60% e 70%. Em hamburques e carne bovina e de frango congeladas seria de 70% a 80%” (VALOR ECONÔMICO 2011 apud MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2011). Além dessa fusão, destacou-se a consolidação do grupo JBS/Friboi a partir da aquisição da norte-americana Swift, tornando-se a maior empresa mundial do setor de carne bovina.

No varejo, a principal transação foram as aquisições/fusões entre o Grupo Pão-de-Açúcar (maior do varejo de alimentos), o Ponto Frio e as Casas Bahia (maior do varejo de eletroeletrônicos), como forma de fazer frente à expansão do norte-americano Wal Mart e do francês Carrefour, que também figuravam junto com o Pão-de-Açúcar na lista das três maiores redes de hipermercados em atuação no País. O Wal Mart e o Carrefour se encontravam em expansão no País através da aquisição de diversas outras redes de supermercados e hipermercados, o que poderia tornar uma ameaça às empresas brasileiras, já que os primeiros possuem atuação mundial e valor de vendas e mercado muito superiores. Atualmente, em termos de valor de vendas, o Wal Mart é a maior empresa do mundo, faturando US\$ 421 bilhões em 2010 e empregando 2,1 milhões de trabalhadores.

A Wal-Mart é a empresa no mundo com maior volume de vendas anual, cifrando-se em 2010 nos 421 mil milhões de dólares e tem uma capitalização bolsista de cerca 185 mil milhões. Ela domina o mercado do retalho [varejo] americano e encontra-se em expansão internacional acelerada. A sua grande dimensão em comparação com os seus concorrentes atribui-lhe vantagens competitivas na definição da sua estrutura de custos, desde termos mais favoráveis nos produtos que adquire para colocar nas suas prateleiras, como também nos custos dos alugueres de longo prazo de lojas, e acordos de distribuição (ROQUE & VIEIRA, 2011).

No âmbito do segmento industrial, também ocorre a concentração dos sub-setores sementes, fertilizantes e agrotóxicos. O setor é controlado basicamente por empresas estrangeiras que passaram a adquirir empresas nacionais a partir do início dos anos 90, a exemplo da Monsanto que adquiriu outras 34 empresas brasileiras naquela década (WILKINSON, 2002). Nos anos seguintes novas aquisições foram realizadas. Cargill, Bunge e ADM respondem, no Brasil, pela venda de fertilizantes, a aquisição da safra de grãos (diretamente dos grandes produtores do Centro-Oeste e indiretamente dos pequenos e médios produtores, através das cooperativas e empresas cerealistas) e pela produção de óleos vegetais e pela exportação de grãos, fazendo parte de um grupo reduzido de empresas que controlam o setor agroalimentar mundial:

Existem no mundo cerca de 40 grandes empresas transnacionais com sede nos Estados Unidos e na Europa, que subordinando outras empresas medianas, controlam toda a produção e o comércio agrícola do mundo. Entre elas destacam-se: BUNGE, MONSANTO, CARGILL, CONTINENTAL GRAIN, ADM (Archer Daniels Midland), DREYFUS, QUARKER OATS, Unilever, Nestlé, Sygenta, Bayer, Basf, Coca-cola, Pepsi-cola, Banisco, Kellog, Ralston Purina, Philip Morris, British American Tobacco, Protec & Gamble, Parmalat, Danone, CONAGRA, Noble Group, Marubeni, Dupont. Essas empresas controlam os insumos agrícolas (sementes, agrotóxicos, fertilizantes, e também o comércio da produção agrícola no mundo). Entre as empresas de fertilizantes químicos também houve um processo de concentração e centralização. Ou seja, parte das empresas do comércio agrícola também passou a controlar a produção de fertilizantes. As maiores empresas de fertilizantes são: Potash corp., Yara (Noruega) Sinochem, Mosaic, ICL (Israel) K + S (Alemanha) Bunge, Cargill (SECRETARIA NACIONAL DO MST, 2008).

Processo semelhante é verificado no Brasil, já que algumas empresas brasileiras, ao se fundir ou adquirir outras empresas, tornaram-se algumas das maiores do mundo, como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, dentre outras. Outras empresas passaram a fazer parte da lista das maiores em seus respectivos setores, como é o caso da JBS/Friboi que se tornou a maior empresa do setor de carne bovina. Visando se manter no mercado, empresas brasileiras tem se fundido ou adquirido outras de capital nacional ou internacional.

No âmbito deste processo e estimuladas pelo papel que os produtos alimentares e outras commodities ocupam na balança comercial brasileira, algumas empresas brasileiras se consolidaram nacionalmente e internacionalmente. Esse é o caso das agroindústrias de carnes que se beneficiaram com as isenções de impostos à exportação, instrumentos de políticas agrícolas, disponibilidade de recursos naturais e custo mais baixo da força de

trabalho. O mesmo processo também ocorreu em outras atividades, como na fumicultura. De uma forma geral estas agroindústrias realizam a contratualização com pequenos produtores, do qual se beneficiam, mas há uma tendência, em função da busca por parte destas empresas em reduzir os custos operacionais, em concentrar a produção entre produtores cada vez maiores, o que acaba por promover o trabalho assalariado.

Em função da participação que possuem no controle do mercado, o chamado grande varejo passou a ocupar um papel importante na definição das formas de produzir, obrigando inclusive as agroindústrias a se ajustarem às metas que estabelecem e, ainda muito mais, aos agricultores que lá comercializam seus produtos diretamente, particularmente hortaliças e frutíferas.

### **DINÂMICAS DE CONCENTRAÇÃO NA AGROPECUÁRIA**

Na agricultura, ao que podemos considerar como um sub-setor do setor agroalimentar, os processos de concentração também ocorrem, no entanto com dinâmicas distintas. Dentre as atividades que pouco necessitam da terra como base de produção, como é o caso da produção animal confinada, o processo segue de forma mais rápida, já que, dentre outras coisas, não necessita imobilizar capital com a aquisição de terras para ampliar a produção e pelo processo de integração privilegiar a concentração para reduzir seus custos operacionais. Já nas atividades que necessitam do solo como base da ampliação da produção, o processo de concentração é um pouco mais lento. Também, neste caso, encontram-se atividades que não são totalmente integradas às agroindústrias.

Em que pese as políticas específicas que propunham o contrário, a produção agrícola propriamente dita também segue em processos de concentração, embora, como já se mencionou, sob dinâmicas distintas. Dentre os 5.175.489 estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil em 2006, conforme o censo agropecuário (IBGE, 2010), pouco mais de 22 mil respondia por mais da metade do valor bruto da produção, de acordo com Alves & Rocha (2010). Ou seja, embora o número de estabelecimentos seja elevado, a concentração da produção continua ocorrendo. Em algumas atividades econômicas a produção, em função de razões históricas, já se iniciou grande, como na produção de laranja e cana-de-açúcar no Sudeste ou da soja no Centro-Oeste. Dentre as demais atividades, em algumas a produtividade do trabalho se elevou mais, o que vem favorecendo a concentração. Este é o caso das atividades animais confinadas, como é a avicultura e a suinocultura, cuja tendência passa a se estender à bovinocultura de leite também. Nestas atividades as escalas de produção vêm se elevando, provocando a redução

de produtores e a concentração dos produtores. Noutras, a produtividade do trabalho se elevou pouco, como é o caso da fumicultura, por exemplo, e a concentração produtiva ocorreu pouco, embora o controle industrial seja muito concentrado.

Qual é o lugar dos pequenos agricultores no agro brasileiro? Neste sentido, Alves & Rocha (2010) apresenta a perspectiva predominante sob a ótica do capital. Para os autores, para o pequeno grupo de 423.689 que respondem por 84,89% do valor da produção faz-se necessário políticas agrícolas e renegociação de dívidas. A fração seguinte, "975.974 estabelecimentos (18,86% do total) produziram entre dois e dez salários mínimos mensais (exclusive) – salário da época do censo – e geraram 11,08% de valor da produção. São candidatos às políticas específicas, que se assentam na hipótese de que há soluções, na agricultura, para o problema da renda, tais como crédito rural, extensão rural, associativismo e cooperativismo, compra pelo governo do excedente, entre outras tantas" (ALVES & ROCHA, 2010, p. 276). Sobre os demais estabelecimentos agrícolas, em consonância com o lugar atribuído a estes pelo pensamento hegemônico sob a ótica do capital, os autores afirmam a idéia de que ganhar tempo é possível, retratado no próprio título do artigo, ou seja, de que há necessidades de políticas específicas para que se mantenham no campo por algum tempo. Para os autores:

Restam 3.775.826 estabelecimentos, que devem abrigar cerca de 11,3 milhões de pessoas (três por estabelecimento). A solução do problema da renda somente por meio da agricultura não irá funcionar. Esta renda precisa ser complementada por: Programa Bolsa Família, aposentadoria rural, Bolsa Escola, transporte rural e urbano – para facilitar o estudo dos filhos e o emprego urbano de membros da família –, simplificação das leis trabalhistas – para o emprego em tempo parcial na agricultura – e estímulo ao agronegócio – porque ele tem grande potencial para gerar empregos temporários. É aqui que se precisa ganhar tempo, de modo que as cidades adquiram capacidade para abrigar parte desta população. Note-se, ainda, que metade deste contingente reside no Nordeste (ALVES & ROCHA, 2010, p. 276).

É importante destacar que esta visão de que o campo é parte do exército de reserva de trabalhadores é parte também do que hegemonicamente se pensa para o campo brasileiro, embora nem sempre isto esteja claro nos documentos produzidos pelos governos nacionais e pelas chamadas instituições multilaterais que ocupam importante papel na formulação destas políticas, como o Banco Mundial. É neste contexto que os agricultores ligados à Rede Ecovida se colocam, ou seja, de tentar afirmar, ao mesmo tempo, a viabilidade dos pequenos produtores e a viabilidade da agroecologia. Pode-se afirmar que a

grande maioria dos agricultores que pertencem à Rede Ecovida de Agroecologia se encontra no segundo grupo, conforme classificação dos autores Alves e Rocha.

Considera-se, de início, que a produção agropecuária brasileira é realizada principalmente por produtores (pequenos ou grandes), que em sua maioria não pagam arrendamento, ou seja, dispõem de área de terras próprias (herdadas, compradas ou posse). Não que não ocorra arrendamento, no entanto, ele não é predominante, apesar de indicações de que possa vir a adquirir importância através da constituição de grandes grupos de investimento, particularmente na soja e cana-de-açúcar.

No Brasil, é pouco comum encontrar a separação clássica entre proprietários fundiários e capitalistas, já que ele se encontra fundido na mesma figura do proprietário fundiário-capitalista, embora essa separação ocorra na vizinha Argentina, por exemplo. Diante disto, pode-se afirmar que a produção agropecuária brasileira é realizada predominantemente por produtores que, além da necessidade de investir em capital constante e variável, também necessitam dispor da propriedade de terras que, embora inicialmente não seja capital, ao final das contas acaba por se converter nele.

O grau de concentração das atividades agropecuárias e florestais, particularmente daquelas mais extensivas no uso da terra, desenvolve-se a partir de uma estrutura agrária de origem sob a qual passa se assentar, posteriormente, o uso tipicamente capitalista. Em cada região do País, verifica-se distintas formas de combinação entre pequenas e grandes propriedades fundiárias, variando entre o predomínio de pequenos, passando pela combinação entre pequenos e grandes, até o predomínio ou até mesmo a exclusividade de grandes. O grau de concentração original é dado pelas condições históricas da ocupação e da posterior apropriação privada das terras de cada lugar, das disputas locais ocorridas em função da afirmação do tipo predominante da propriedade privada da terra (tornando-a mais ou menos concentrada) e do próprio processo de desenvolvimento capitalista que tende a viabilizar alguns e inviabilizar outros enquanto proprietários dos meios de produção, resultando em concentração. Essas questões históricas são relativamente bem tratadas pela literatura disponível. Nesse sentido, "Os camponeses e a política no Brasil" (1981), de José de Souza Martins, é uma das mais importantes obras de referência.

No Brasil colonial, embora sob o predomínio da grande propriedade fundiária, desenvolveu-se um campesinato, nos interstícios da grande propriedade, que a servia com a prestação de serviços e contribuía para alimentar a população urbana que se formava. Em uma segunda etapa, a partir de 1824, alemães e italianos passaram a

ingressar no País sob o incentivo governamental. No Sul eles se tornaram pequenos proprietários que passaram a se dirigir, assim que não havia mais área disponível para seus filhos, em direção ao Centro-Oeste do País, onde se tornaram grandes proprietários fundiários e promoveram outra estrutura fundiária naquela região. Os que se dirigiram ao Sudeste se desenvolveram no regime de colonato e como forma auxiliar ao desenvolvimento da grande propriedade, o que alimentou a idéia de que o País, em função das similitudes, teria passado por um regime feudal ou semi-feudal. Mais tarde estes colonos e seus filhos passariam a se constituir, juntamente com os migrantes nordestinos, na população que constituiria os grandes centros urbanos do país (São Paulo e Rio de Janeiro).

A literatura disponível é menos abundante no que se refere ao processo que resultou, já de início, em uma estrutura de produção bastante concentrada nas atividades em que não são totalmente mecanizadas ou pelo menos são bastante dependentes do trabalho manual direto em sua fase agropecuária (o trabalho manual está presente em outras fases, na fabricação dos meios de produção, como máquinas e insumos). Esse é o caso, por exemplo, da produção florestal e de laranja.

A concentração de terras que permitiu a constituição de grandes áreas atualmente pertencentes à grandes empresas madeireiras e de papel e celulose resultou da disputa com camponeses que foram derrotados por meio da força física e jurídica, permitindo que estas empresas no início explorassem a floresta natural existente e mais tarde, sob subsídios públicos, implantassem florestas cultivadas no lugar daquelas que foram postas a baixo e comercializadas. Um dos poucos lugares que este intento não foi possível de se consumir foi na região Sudoeste do Paraná, já que, em função da extrema crueldade a que os camponeses foram submetidos, resultou em uma revolta popular que se tornou vitoriosa.

Diferentemente destes dois exemplos, a atividade canavieira se inicia em um período anterior, ainda na época colonial, e inicia com grandes extensões em função de condições históricas já bem conhecidas e que limitaram o acesso à terra e ao comércio mundial a um grupo restrito de produtores que pertenciam ou mantinham relações com a colônia portuguesa. No entanto, atualmente, esta atividade está passando por importantes modificações com a introdução da colheita mecanizada, mas mantém a estrutura fundiária concentrada. A produção de café, por sua vez, embora introduzida como atividade de exportação e produzida por grandes proprietários, passou, em função das crises que encontrou, particularmente a partir da quebra de 1929, a se desenvolver também no âmbito dos pequenos proprietários. De outro lado, a produção de algodão, que se reduziu a

níveis extremamente baixos a partir da abertura comercial realizada a partir do início dos anos 90, voltou a ser produzida, a partir do final da mesma década, entre os grandes proprietários do Centro-Oeste do País, viabilizado pela mecanização da colheita.

### **Atividades intensivas versus extensivas quanto ao uso da terra**

A necessidade de se dispor de terras para a produção agropecuária é bastante variável, ao que se pode considerar que algumas atividades são intensivas e outras são extensivas quanto ao seu uso. Na produção de grãos, por exemplo, o uso é extensivo, pois há uma relação bastante direta entre a ampliação da produção e da área necessária para tal ampliação. Embora a elevação ou redução da produtividade do solo possa alterar um pouco esta equação, através do uso de fertilizantes, de forma geral ela continua válida. Neste caso, a produção é bastante dependente da necessidade de solos férteis, o que também possibilita a renda fundiária diferencial, e o solo é a condição básica para a produção.

Já na produção animal em sistema de confinamento, o solo é meramente um local para a construção e a instalação dos galpões e que independe da fertilidade original. Como de uma forma geral os produtores dispõem de uma área de terra bem superior àquela necessária para a instalação dos galpões, onde desenvolvem outras atividades produtivas ou simplesmente não utilizam, se houver necessidades de ampliar o número de galpões, isso poderá ser realizado com bastante facilidade, ou pelo menos a disponibilidade de terreno tende a não ser um problema. Ou se houver necessidades de se adquirir nova área para esta ampliação, o preço pago por esta área tende ser proporcionalmente pequeno em relação ao investimento realizado, pois o preço dos terrenos agrícolas, apesar de uma tendência de elevação e de variar bastante em função da localização e da fertilidade natural, ainda é bem menor do que os terrenos urbanos. No entanto, ainda assim, embora proporcionalmente diferente e também variável em função da localização, no meio urbano isso também tende a ocorrer. (A legislação ambiental em vigor define que o produtor disponha de área suficiente para aplicar os dejetos animais, no entanto, pode também disponibilizar de áreas de terceiros para realizar esta operação, o que, em função de que os produtores agrícolas necessitam fertilizar suas terras em virtude da perda provocada pelos cultivos, acaba por não se constituir uma grande restrição à concentração da produção animal em sistema de confinamento).

No caso da produção de animais em sistema confinado, cabe destacar que há uma separação entre as etapas produtivas (produção de grãos para alimentar os animais e a produção animal

propriamente dita), o que permite que a etapa da produção confinada, pelas condições apresentadas, possa se concentrar mais, no entanto, trata-se de sistemas dependentes entre si, já que o desenvolvimento de uma é condição para o desenvolvimento da outra. Isso ocorre porque a produção confinada é dependente da produção de grãos (soja e milho, principalmente) para que a produção animal possa passar do sistema extensivo ao intensivo.

Outro fator que colabora para que a produção animal passe do sistema extensivo ao intensivo e aumente o grau de concentração é a busca constante, por parte das agroindústrias integradoras, que são o elo dinâmico das cadeias produtivas, já que controlam e determinam a produção, a redução de seus custos operacionais com logística, transporte, assistência técnica. Neste sentido, as agroindústrias privilegiam os produtores maiores, através do pagamento de um preço mais elevado, estabelecem metas para o aumento constante da produção – o que resulta na exclusão dos produtores que não atingem tais metas – privilegiam os produtores localizados nas proximidades da indústria, o que contribui para concentrar geograficamente a produção até o ponto que não venha a interferir no grau de risco sanitário. O privilegiamento, por parte da indústria, para produtores maiores como forma de reduzir os custos operacionais é uma constante na agropecuária, mas ainda mais destacada nas atividades integradas contratualmente à indústria e que implicam na transferência plena da produção e a adoção das formas produtivas definidas pelas indústrias.

Isto dado, pode-se afirmar que nas atividades intensivas no uso da terra, os produtores investem grande parte do capital em bens imóveis (e facilmente reprodutíveis), mas que podem se tornar tecnologicamente defasados muito rapidamente. Nas atividades da pecuária intensiva confinada, por exemplo, segue-se uma lógica muito próxima da industrial, já que, de posse de mais capital, para elevar a produção há necessidades apenas de ampliar as estruturas produtivas, como novos e mais modernos galpões para produção de aves e suínos. Se não houvesse impedimentos sanitários e ambientais, toda a produção nacional poderia ser concentrada por um único produtor em um único local geograficamente contínuo.

Na pequena agricultura, o preço da terra, forma e resultado da propriedade privada do solo, constitui entrave à produção. Também na agricultura em larga escala e na grande propriedade fundiária explorada pelos métodos capitalistas, a propriedade constitui entrave, pois limita o arrendatário nos investimentos produtivos que em última instância não o beneficiem e sim o dono da terra. Em ambas as formas, em vez de se cultivar consciente e racionalmente a terra, como propriedade perpétua e coletiva, condição

inalienável da existência e da reprodução das gerações que se sucedem, o que existe é a exploração que desperdiça as forças do solo, e, além disso, essa exploração não depende do nível atingido pelo desenvolvimento social, e sim das condições fortuitas e variáveis dos produtores particulares. Isso acontece com a pequena propriedade, por carência de meios e conhecimentos científicos para aplicar a produtividade social do trabalho; com a grande propriedade, em virtude de a exploração desses meios se destinar ao enriquecimento mais rápido possível do arrendatário e do proprietário; e com ambas, por dependerem do preço do mercado. (MARX, 1991, livro III, p. 930).

custo do produto para o produtor individual. (MARX, 1991, livro III, p. 924).

Com a redução do valor, viabilizada pelo aumento da produtividade média do trabalho, os produtores que não conseguiram efetuar esta redução se vêem obrigados a abandonar a atividade e frequentemente nada ou pouco recebem do capital que investiram na atividade, já que ele é imóvel e rapidamente pode se tornar tecnologicamente defasado. Isto permite que os produtores que seguem na atividade, pois conseguiram reduzir o valor e atingir a reprodução ampliada do capital, façam novos investimentos sem a necessidade de adquirir o capital investido, na forma de terras, galpões, pelos produtores que não atingiram o nível de reprodução ampliada e se viram obrigados a deixar a atividade produtiva (não conseguem ou pouco conseguem reaver o capital investido e são obrigados a buscar novas atividades produtivas ou a abandonar a agricultura). Estas características da produção agropecuária intensiva permite que a concentração da produção possa avançar rapidamente.

Nas atividades agrícolas extensivas, a maior parte do capital se encontra investido em bens móveis (máquinas e equipamentos) e em terras (que, embora seja imóvel, é irreprodutível-monopolizável). Aos produtores que não atingiram o nível de reprodução ampliada do capital, ainda dispõem, caso ainda disponham de suas terras, de possibilidades de se obter ganhos com a renda fundiária ou vender suas terras para terceiros e ainda vender alguns de seus equipamentos e máquinas. Para Marx:

Um dos males específicos da pequena agricultura ligada à propriedade livre da terra decorre de o agricultor desembolsar capital para comprar terra (o mesmo se estende à forma intermediária em que o grande fazendeiro primeiro desembolsa capital para comprar terra (o mesmo se estende à forma intermediária em que o grande fazendeiro primeiro desembolsa capital para comprar a terra, e depois para cultivá-la como seu próprio arrendatário). Com a mobilidade assumida pela terra na condição de mera mercadoria, aumentam as transferências de propriedade, e desse modo em toda geração nova, em toda partilha entre herdeiros, a terra por ele comprada. O preço da terra constitui aí elemento predominante dos falsos custos de produção individuais ou do preço de

Há também algumas atividades que, em termos do grau de dependência do uso de terras, localizam-se em um nível intermediário, ao que podemos chamar de atividades semi-extensivas. Este é o caso da produção de hortaliças e frutíferas que, embora necessitem do solo tanto quanto as atividades extensivas, são menos dependentes do solo e algumas delas podem ser desenvolvidas até mesmo sem o uso do solo, como é o caso da hidroponia utilizada para o plantio de algumas espécies olerícolas. Cabe considerar, no entanto, que afora a hidroponia, o grande diferencial no que estamos chamando de atividades semi-extensivas está o menor grau de desenvolvimento da produtividade do trabalho em relação às extensivas. De uma forma geral, a produção de olerícolas e frutíferas é baseada principalmente no trabalho manual, no entanto, algumas atividades são mais mecanizadas, como é o caso da batata inglesa, ou apenas algumas etapas possam ser mecanizadas (pulverização de frutíferas e de olerícolas, arranquio de batata inglesa e cenoura, por exemplo) em detrimento de outras etapas que continuam quase que exclusivamente manuais.

Enquanto atividade pecuária, mas distinta da avicultura e da suinocultura, a bovinocultura de leite se encontra em uma situação intermediária em termos de grau de uso da terra. Inicialmente ela era desenvolvida de forma quase que extensiva, mas atualmente vem crescendo, no Brasil, a produção intensiva ou semi-extensiva, já que os animais podem ser criados em sistemas confinados ou semi-confinados. A bovinocultura de corte, tradicionalmente desenvolvida na forma de pecuária extensiva, por proprietários de grandes extensões de terra, também vem passando por modificações através do desenvolvimento do semi-confinamento, no entanto, a produção não se fraciona e continua concentrada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concentração dos meios de produção é uma tendência no âmbito do desenvolvimento capitalista, conforme descreveu Marx. Essa tendência é facilmente verificada atualmente em praticamente todos os setores da atividade econômica. A constituição de grandes empresas com atuação mundial, que se tornam, a partir de aquisições e fusões, cada vez maiores, é uma evidência bastante reconhecida deste processo. Ao mesmo tempo em que se constituem estas grandes empresas, um grande número de outras entram em processos de solvência, destituindo uma parcela da população dos meios de produção e incorporando-a a massa de trabalhadores assalariados.

O processo de concentração pode ser verificado

através das listas anuais do valor de mercado e de vendas destas empresas divulgadas por revistas especializadas, a exemplo da “Financial Times Global 500”. O crescimento destas empresas costuma se encontrar bem acima do crescimento da economia mundial. O valor de mercado de mercado das empresas do Global 500 (500 maiores empresas do mundo) aumentou 50 por cento entre 2009 e 2010, passando de 15,617 trilhões para US\$ 23,5 trilhões (FINANCIAL TIMES, 2011). Embora estas empresas atuem diversos setores da economia, é importante destacar que, como objetivo principal é a obtenção de lucros, elas não se restringem ao setor de atuação de origem, mas procuram diversificar os investimentos. A elevação dos agrocombustíveis ao status de energia limpa, contribuiu para que muitas empresas de diversos outros setores passassem a investir na produção de cana-de-açúcar e soja, por exemplo.

Pode-se afirmar, portanto, que no sub-setor agrícola, distintos graus de concentração estão relacionados com o tipo de atividade e da dependência que ela possui em ampliar a área de terras para elevar a produção (intensividade ou extensividade). Isto faz com que a concentração seja mais lenta nas atividades que dependem da ampliação da área para ampliação da produção.

Diante da especulação sobre os alimentos e do incremento da necessidade de produtos primários em países que atualmente se encontra em alto nível de crescimento, outra tendência atual é a constituição de empresas que atuam na produção agrícola. Além do favorecimento à constituição de grandes empresas, esse processo tem contribuído para favorecer o investimento de grandes empresas e grupos de investimentos privados e por empresas estatais. Trata-se de empresas que possuem cultivam 100 mil, 200 mil ou mais hectares, indicando a possibilidade de se chegar aos 400 mil hectares, podendo ser em diversos países, como, por exemplo, os grupos argentinos Los Grobo e El Tejar, o grupo brasileiro Bom Futuro, a Louis Dreifus Commodities, a SLC Agrícola. Esse processo já se verificava na produção de cana-de-açúcar e no reflorestamento, onde as áreas já superavam os limites acima indicados, mas se trata de algo mais recente em outras atividades agrícolas, como é a produção de grãos. As notícias abaixo dão conta de exemplificar este processo:

O grupo [El Tejar] possui uma forma de empreender diferenciada, pois não investe na aquisição de áreas e de maquinário, apenas arrenda a terra e terceiriza os serviços. O cultivo da soja, bem como do milho, trigo e girassol, já foi estendido para outros três países: Argentina, Uruguai e Bolívia. No total são aproximadamente 170 mil/ha de área plantada na América do Sul, com 120 mil/ha na Argentina, 30 mil/ha no Uruguai, 17 mil/ha no Brasil e 7 mil/ha na Bolívia. A meta do grupo é atingir 200 mil/ha de área plantada até 2010. Para 2020 o objetivo é chegar a 400 mil/ha

(Diário de Cuiabá. Argentinos dobram área plantada de soja no MT. Acesso em: 27 abr. 2011).

O principal grupo agrícola da China, Heilongjiang Beidahuang Nongken Group, anunciou nesta segunda-feira que adquirirá ou arrendará 200 mil hectares de cultivo em países latino-americanos como o Brasil, assim como em Rússia, Filipinas, Austrália e Zimbábue, informou o jornal oficial “China Daily” (QUERENCIA HOJE, 15/03/2011).

En noviembre de 2007, el conglomerado japonés Mitsui compró 100.000 hectáreas de tierras agrícolas en Brasil —el equivalente al 2% de la superficie cultivada de Japón— para la producción de soja. Las tierras están en Bahía, Minas Gerais y Maranhão. Mitsui compró la tierra a través del 25% de su participación en Multigrain SA, el comerciante de granos brasileño que formalmente cerró el trato. Los otros dueños de Multigrain SA son CHS Inc, una empresa estadounidense de energía y alimentos, y PMG Trading of Brasil (MURESU, 2009).

Diferentemente das teses que propunham que o capital não penetrava na agricultura em função dos ciclos naturais se constituírem como impeditivos, os investimentos atuais, bem como o longo processo de subsunção da agricultura ao capital, indicaram o contrário. Atualmente, em função do alto nível de incorporação de trabalho acumulado, através do uso tecnologias e insumos agrícolas, alguns grupos de investimentos vêem a possibilidade de se desenvolver, ao mesmo tempo em que levam a cabo tal iniciativa, a formação de grandes empresas agrícolas que possuem vantagens na aquisição de insumos, na terceirização das atividades produtivas e na comercialização da produção. Este é o caso do grupo argentino Los Grobo que possui a seguinte visão sobre o desenvolvimento agrícola:

No futuro, a agricultura será ainda mais especializada. O processo da agricultura está ficando cada vez mais parecido a uma linha de montagem de um automóvel, com a aplicação de ferramentas especializadas. Hoje o produtor agrícola coordena o processo contratando, por exemplo, John Deere e Monsanto, mas o produtor agropecuário constitui apenas uma parte deste processo. Pode agregar valor coordenando bem, no entanto, é preciso também considerar mais detidamente a porcentagem de plantio, a fertilização, o regime de rotação de culturas e as condições do mercado. Isto serve bem para a terceirização. Por exemplo, contratar o serviço de um terceiro com equipamentos e conhecimentos especializados, atualizados. É ali onde encaixa a Los Grobo — como empresa de serviços (LOS GROBO, 2010 apud BELL & SCOTT, 2011).

Embora o Censo Agropecuário não capte, é facilmente verificável o processo de concentração

na produção de animais confinados (sistema em que os animais recebem toda a alimentação diretamente no cocho). Na avicultura, os galpões, há cerca de 20 anos, possuíam cerca de 600 m<sup>2</sup> costumavam alojar cerca de 6 mil frangos e ocupavam o trabalho de uma ou duas pessoas. Com o aumento da composição orgânica do capital e do aumento da produtividade do trabalho, atualmente os modelos preconizados que tendem a se estabelecer nos próximos anos, possuem cerca de 5.200m<sup>2</sup> e capacidade para alojar entre 80 e 90 mil aves. Assim, em função do crescimento do capital constante, a atividade avícola antes desempenhada por pequenos produtores passa a ser desempenhada por pequenos, médios ou grandes capitalistas que empregam trabalho assalariado.

Embora na região Sul do País o emprego de trabalho assalariado na agricultura não seja predominante, os novos investimentos indicam consolidar essa tendência. Na região Centro-Oeste está em desenvolvimento grandes empreendimentos com cerca de 300 galpões de aves e que exigem a necessidade de aproximadamente o mesmo número de trabalhadores assalariados. Na suinocultura, isso também ocorre. Em uma comunidade do município de Dois Vizinhos (PR), por exemplo, 80 agricultores alojavam, até o final dos anos 80, para o consumo familiar e também para o mercado, cerca de 30 ou 40 suínos ou mais durante todo o ano. Atualmente, há apenas dois produtores, que se especializaram na produção de leitões que são recriados e engordados na região Oeste do estado, um dos quais possui cerca de 2 mil matrizes produtoras que produzem cerca de 44 mil leitões anualmente. Essa tendência ocorre em todo o município e em toda a região. Aqui o trabalho assalariado começa aparecer como uma constante.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Eliseu; ROCHA, Daniela de Paula. Ganhar tempo é possível? In: GASQUEZ, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (orgs). Agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2010.
- BELL, David; SCOTT, Cintra. Los Grobo: o futuro da agricultura? Disponível em: [www.losgrobo.com.ar](http://www.losgrobo.com.ar). Acesso em: 08 mai. 2011.
- FINANCIAL TIMES. Global 500 Report 2010. Disponível em: <http://www.ft.com/reports/ft500-2010>. Acesso em: 12 mai. 2011.
- GOMES, Carlos. Antecedentes do capitalismo. Alamada, 2008. Disponível em: <http://www.eumed.net/libros/2008a/372/indice.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.
- JANK, Marcos et al. O setor externo da economia brasileira: desafios da globalização e dos acordos regionais. In: Seminários sobre o Brasil no Século XXI. São Paulo, 25 de abril de 2007. Disponível em: [www.econ.fea.usp.br](http://www.econ.fea.usp.br). Acesso em: 25 mar. 2008.
- MARX, Karl. O Capital. Livro III. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MURESU, Stephania. La FAO alerta sobre la compra masiva de tierras. Disponível em: <http://sociologias-com.blogspot.com/2009/06/la-fao-alerta-sobre-la-compra-masiva-de.html>. Acesso em: 10 mai. 2011.
- ROQUE, Hugo; VIEIRA, Emilia. Investimento em Valor Wal-Mart. Disponível em: [http://www.casadeinvestimentos.pt/arq/fich/Investimento\\_em\\_Valor\\_WalMart.pdf](http://www.casadeinvestimentos.pt/arq/fich/Investimento_em_Valor_WalMart.pdf). Acesso em: 20 mai. 2011.
- SECRETARIA NACIONAL DO MST. Para compreender porque se elevam os preços dos produtos agrícolas. Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/portal/questoes-agrarias/104-documento/374-para-compreender-porque-se-elevam-os-precos-dos-produtos-agricolas>. Acesso em: 12 mai. 2011.
- VALOR ECONÔMICO. Procuradoria do Cade faz restrições à Brasil Foods. Disponível em: <http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2011/5/10/procuradoria-do-cade-faz-restricoes-a-brasil-foods>. Acesso em: 12 mai. 2011.
- WILKINSON, John. Os gigantes da indústria alimentar: entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. Estudos Sociedade e Agricultura, 18, abril, 2002: 147-174.